

## **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**

### **Attachment theory: conceptual bases and the development of working models**

**Juliana Xavier Dalbem; Débora Dalbosco Dell'Aglio<sup>I</sup>**

<sup>I</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS

## **RESUMO**

Este artigo faz uma revisão da Teoria do Apego (TA), apresentando as idéias iniciais de Bowlby, influências teóricas e conceituais, principais contribuições e pesquisas clássicas que formaram a base da TA, além das novas formulações e conceitualizações. Os principais conceitos teóricos são explorados, como apego, comportamento de apego, modelos internos de funcionamento e padrões de apego. São abordados o processo de estabelecimento dos padrões de apego e suas manifestações durante o ciclo vital, incluindo a mais tenra infância, adolescência e vida adulta, sendo discutida sua estabilidade ao longo do desenvolvimento, assim como as hipóteses relativas a cada padrão. Também são apresentadas considerações quanto à necessidade de pesquisas que enfoquem esse tema na realidade brasileira, especialmente em adolescentes, já que as pesquisas da TA no Brasil são praticamente restritas ao apego na infância, diferentemente de outros países, em que essa abordagem já é estudada em outras fases do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Apego; Desenvolvimento; Modelos internos

---

## **ABSTRACT**

This article makes a revision of the Attachment Theory (AT), showing the initial ideas of Bowlby, theoretical and conceptual influences, principal contributions and classical researches which have formed the base of AT, as well as new formulations and concepts. The main concepts are examined, such as attachment, the attachment behaviour, *working models* and patterns of attachment. The building process of attachment patterns is examined, as well as their manifestations in different phases of the life cycle, including the very early childhood, childhood, adolescence and adult life. The stability of the patterns during the development and the hypotheses related to each pattern are discussed too. Since the Brazilian researches on this approach are practically restricted to attachment in childhood, unlike others countries, which are extending the AT to other phases of development, considerations about the necessity of more researches in Brazil focusing the approach of AT, mainly in adolescents, are presented.

**Keywords:** Attachment; Development; Working model.

---

## **A TEORIA DO APEGO: CONCEITOS BÁSICOS**

As observações sobre o cuidado inadequado na primeira infância e o desconforto e a ansiedade de crianças pequenas relativos à separação dos cuidadores levaram o psiquiatra, especialista em psiquiatria infantil, e psicanalista inglês John Bowlby (1907-1990) a estudar os efeitos do cuidado materno sobre as crianças, em seus primeiros anos de vida. Bowlby impressionou-se com as evidências de efeitos adversos ao desenvolvimento, atribuídos ao rompimento na interação com a figura materna, na primeira infância (AINSWORTH & BOWLBY, 1991).

Os estudos iniciais de J. Bowlby (1940; 1944), além dos trabalhos de outros pesquisadores proeminentes que o influenciaram, deram origem às primeiras formulações e aos pressupostos formais da Teoria do Apego (TA). Os conceitos de Bowlby foram construídos com base nos campos da psicanálise, biologia evolucionária, etologia, psicologia do desenvolvimento, ciências cognitivas e teoria dos sistemas de controle (BOWLBY, 1989; BRETHERTON, 1992). Bowlby buscou alternativas embasadas cientificamente para se defender dos reducionismos teóricos, dando ênfase aos mecanismos de adaptação ao mundo real, assim como às competências humanas e à ação do indivíduo em seu ambiente (WATERS, HAMILTON & WEINFELD, 2000).

O estudo de Mary Ainsworth (1963) sobre o apego investigou fatores determinantes da proximidade-intimidade expressa no comportamento de interação de crianças com suas mães. Após a publicação do seu estudo, realizado em Uganda, houve uma grande colaboração intelectual entre Ainsworth e Bowlby. Assim, os trabalhos de M. Ainsworth (1978; 1985) sobre o desenvolvimento socioemocional durante os primeiros anos de vida evidenciaram que o modelo de apego que um indivíduo desenvolve durante a primeira infância é profundamente influenciado pela maneira como os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam, além de estar ligado a fatores temperamentais e genéticos.

M. Cortina & M. Marrone (2003) consideram que a TA organiza o comportamento em termos de um sistema motivacional e que as idéias de Bowlby representaram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova teoria da motivação humana, que integra aspectos da biologia moderna e inclui afeto, cognição, sistemas de controle e de memória, além dos aspectos envolvidos no desenvolvimento, sustentação e provimento dos laços de apego. Essa consideração se baseia no fato de que a proposta dessa teoria organiza o comportamento em termos de um sistema motivacional. Além disso, o movimento individual de uma pessoa em direção a múltiplas outras converge para que a TA também seja considerada uma teoria relacional das interações sociopsicológica.

Cortina & Marrone (2003) salientam ainda que a TA contempla os processos normais de desenvolvimento e a psicopatologia humana, além de abordar os processos de informação para a compreensão dos mecanismos psicológicos utilizados na vivência de um trauma ou uma perda, ou, ainda, na experiência de negligência ou rejeição pelas figuras de apego. Assim, essa abordagem teórica oferece uma base para estudos sobre os afetos e as emoções dos seres humanos, proporcionando um suporte empírico coerente para a compreensão dos processos de desenvolvimento normal e patológico, ao integrar aspectos da biologia moderna ao embasamento de seus estudos.

Para J. Crowell & D. Treboux (1995), as pesquisas sobre a TA vêm tomando diversas direções, examinando, por exemplo: a relação entre as experiências de apego da infância e o comportamento parental; a transmissão intergeracional dos padrões de apego; o impacto das experiências de apego da infância nos relacionamentos de adolescentes e adultos; o papel do apego entre adultos, tanto na parentalidade, como nas relações românticas e em seus pensamentos, percepções e comportamentos; as relações entre o apego da infância e sua continuidade na adolescência; o apego entre o bebê e seu cuidador; e analogias com as patologias e suas evoluções. Recentemente, pesquisas baseadas na TA estão sendo desenvolvidas com interesse em eventos que ocorrem durante o ciclo vital e que podem mudar o estilo de apego de um indivíduo (DAVILA, BURGE & HAMMEN, 1997).

J. Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos. Ou seja, é um comportamento biologicamente programado, como o mecanismo de alimentação e da sexualidade, e é considerado como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador da relação (CASSIDY, 1999). De acordo com J. Bowlby (1973/1984), o relacionamento da criança com os pais é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê, que demandam proximidade. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da TA é de que as primeiras relações de apego, estabelecidas na infância, afetam o estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida (BOWLBY, 1989).

Outro conceito fundamental da TA é o do comportamento de apego, que se refere a ações de uma pessoa para alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo, claramente identificado e considerado como mais apto para lidar com o mundo (BOWLBY, 1989; CASSIDY, 1999). A função principal atribuída a esse comportamento é biológica e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança (BOWLBY, 1973/1984). B. Golse (1998) ressalta que o comportamento de apego é instintivo, evolui ao longo do ciclo da vida, e não é herdado; o que se herda é o seu potencial ou o tipo de código genético que permite à espécie desenvolver melhores resultados adaptativos, caracterizando sua evolução e preservação. Evidências de que as crianças também se apegam a figuras abusivas sugerem que o sistema do comportamento de apego não é conduzido apenas por simples associações de prazer. Ou seja, as crianças desenvolvem o comportamento quando seus cuidadores respondem às suas necessidades fisiológicas, mas também quando não o fazem (CASSIDY, 1999).

Contudo, durante todo o ciclo vital, o comportamento de apego está presente em variadas intensidades e formas. Pode ter formas ativas, como procurar ou seguir o cuidador; formas aversivas, como chorar; ou pode ainda aparecer sob forma e sinais comportamentais que alertam o cuidador para o interesse de interação da criança, como sorrir e verbalizar de modos diversos. Todas essas formas são observadas em crianças, adolescentes e adultos ao buscarem a aproximação com outras pessoas. É o padrão desses comportamentos, e não sua frequência, que revela algo acerca da força ou qualidade do apego (AINSWORTH, 1989).

J. Bowlby (1969/1990) distinguiu dois tipos de fatores que podem interferir na ativação do sistema de comportamento do apego: aqueles relacionados às condições físicas e temperamentais da criança, e os relacionados às condições do ambiente. A interação desses dois fatores é complexa e depende, de certa forma, da estimulação do sistema de apego. Além disso, esse sistema tem função direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, já que envolve uma representação mental das figuras de apego, de si mesmo e do ambiente, sendo estas baseadas na experiência.

### **Modelos Internos de Funcionamento**

O sistema de comportamento de apego é complexo e, com o desenvolvimento da criança, passa a envolver uma habilidade de representação mental, denominada modelo interno de funcionamento, que se refere a representações das experiências da infância relacionadas às percepções do ambiente, de si mesmo e das figuras de apego (BOWLBY, 1969/1990; 1973/1980). De acordo com J. Bowlby (1989), as experiências precoces com o cuidador primário iniciam o que depois se generalizará nas expectativas sobre si mesmo, dos outros e do mundo em geral, com implicações importantes na personalidade em desenvolvimento. H. Waters, C. Hamilton & N. Weinfield (2000) apontam que, com a idade e o desenvolvimento cognitivo, as representações sensorio-motoras das experiências de uma base segura na infância é que dão origem à representação mental, por meio de um processo no qual a criança constrói representações cada vez mais complexas.

W. Furman *et al.* (2002) apontam que o termo *working models* (modelo de funcionamento) foi usado por Bowlby para descrever as representações ou expectativas que guiam o comportamento próprio, e que servem como uma base de predição e interpretação do comportamento de outras pessoas às quais se é apegado. Os *working models* estão relacionados com os sentimentos de disponibilidade das figuras de apego, com a probabilidade de recebimento de suporte emocional em momentos de estresse e, de maneira geral, com a forma de interação com essas figuras (BOWLBY, 1989). Outros autores (BREThERTON & MUNHOLLAND, 1999; COLLINS & READ, 1994; FONAGY & TARGET, 1997) têm descrito este conceito de forma similar, usando os termos esquemas, scripts, protótipos, representação mental, modelo funcional ou estado mental.

J. Bowlby (1989) descreveu o processo de construção dos modelos internos de funcionamento em termos de modelo de apego. A criança constrói um modelo representacional interno de si mesma, dependendo de como foi cuidada. Mais tarde, em sua vida, esse modelo internalizado permite à criança, quando o sentimento é de segurança em relação aos cuidadores, acreditar em si própria, tornar-se independente e explorar sua liberdade. Desse modo, cada indivíduo forma um "projeto" interno a partir das primeiras experiências com as figuras de apego. Embora essas representações tenham sua origem cedo no desenvolvimento, elas continuam em uma lenta evolução, sob o domínio sutil das experiências relacionadas ao apego da infância. A imagem interna, instaurada com os cuidadores primários, é considerada a base para todos os relacionamentos íntimos futuros. Sua influência aparece já nas primeiras interações com outras pessoas, afora as figuras de apego, e expressa-se nos padrões de apego e de vinculação que o indivíduo apresentará em suas interações interpessoais significativas (BREThERTON & MUNHOLLAND, 1999).

P. Fonagy & M. Target (1997) sugerem que o processo ligado à construção dos *working models* capacita a habilidade de mentalização, ou seja, de representar o comportamento em termos de estado mental, o qual é determinante da organização do *self* e é adquirido no contexto das primeiras relações sociais da

criança. Logo, a mentalização ou função reflexiva possibilita à criança compreender as atitudes dos outros e agir de maneira adaptada em contextos interacionais específicos. Como os cuidadores primários diferem na forma de interagir com suas crianças, essas, por sua vez, terão o desenvolvimento e as percepções de seus estados mentais e dos outros relacionados à observação que farão do mundo mental dos seus cuidadores (FONAGY & TARG, 1997). Assim, a mentalização organiza a experiência individual e o comportamento dos outros em termos de construtos do estado mental.

V. Ramires (2003) ressalta a importância da cognição social na formação do modelo de funcionamento interno. O conceito de cognição social inclui o pensar sobre o que as pessoas deveriam fazer, como elas se sentem e a forma como um indivíduo pensa que pensa sobre os outros. A cognição social reconhece a criança como ativa e interativa em seu mundo, atribuindo a ela um papel construtivo no seu desenvolvimento. Assim, a criança possui um papel pensante no mundo das pessoas. V. Ramires (2003) argumenta que, em função disso, é necessário que se pense sobre como a criança percebe o que se faz a ela, e não que apenas se dê atenção ao que lhe acontece.

As primeiras representações que formam o modelo interno de funcionamento são formadas e esquematizadas pela organização da memória em termos do que a criança demanda e é correspondida em obter segurança e conforto, sendo que o reflexo disso será posto na experiência social real, futuramente (COLLINS & READ, 1994). Além disso, por meio dos modelos internos de funcionamento, ocorre uma tendência de recriação, nas relações atuais do indivíduo, do padrão de modelo interno de apego primário. Assim, os padrões de apego estabelecidos na infância são vistos como duradouros por intermédio das diversas fases do ciclo vital, embora sejam menos evidentes em adolescentes e adultos (BOWLBY, 1973/1980). Estudos longitudinais diversos (FONAGY, 1999) têm demonstrado a estabilidade do apego, sendo que as relações parentais e rupturas de vínculos primários por perda ou abandono têm um impacto transcendente ao desenvolvimento individual.

Em relação ao papel das figuras de apego na formação dos *working models*, há uma estreita relação com a forma pela qual essas figuras percebem as indicações precoces de intencionalidade de suas crianças e o estado mental delas, de modo a agirem de acordo com a demanda infantil. Algumas figuras de apego podem ser extremamente desatentas ao estado mental da criança, cujo senso de si mesma, ainda em desenvolvimento, pode sofrer deformações. Nos casos de famílias abusivas, a construção da representação mental infantil tende a se dar de forma rígida, mal adaptada, inapropriada e, como consequência, o desenvolvimento da função de mentalização poderá ser pobre ou aniquilado. Nesses casos, a confiança da criança de que outras pessoas podem compreender os outros por meio dos seus próprios sentimentos é destruída. Aumentam, também nesses casos, as possibilidades de que a criança iniba sua capacidade de se envolver em relacionamentos de apego intensos (FONAGY & TARGET, 1997). Desta forma, o papel dos modelos internos de funcionamento é de grande importância na modelagem do comportamento ao longo do ciclo vital, em uma ampla variedade de situações, incluindo a seleção de um parceiro, a formação de relacionamentos de amizade, a escolha ocupacional, a parentalidade, a formação de expectativas e a imagem do *self* (PIETROMONACO & BARRETT, 1997).

### **Desenvolvimento do Apego ao longo do Ciclo Vital**

M. Ainsworth (1978) desenvolveu um sistema de avaliação do relacionamento mãe-bebê, a partir de observações naturalísticas desse tipo de interação, chegando à identificação de dois grandes grupos de estilo de apego: os seguros e os inseguros. Enquanto as crianças seguras se mostravam confiantes na exploração do ambiente e usavam seus cuidadores como uma base segura de exploração, as crianças categorizadas como inseguras tinham em comum baixa exploração do ambiente e pouca ou intensa interação com suas mães.

Para melhor investigar essas categorias, M. Ainsworth (1978) desenvolveu o método experimental denominado Situação Estranha, em que as reações da criança na interação com seu cuidador são observadas, em detalhe, em uma situação de separação. A Situação Estranha deu origem ao primeiro sistema de classificação do apego entre o cuidador e a criança, sendo as categorias organizadas em: padrão seguro, padrão ambivalente ou resistente e padrão evitativo. Os resultados deste estudo, conhecido como Baltimore Project, foram publicados por M. Ainsworth (1978) no artigo "Patterns of attachment". M. Main & E. Hesse (1990), expandindo o modelo de Ainsworth, ainda chegaram a um quarto padrão de apego, denominado desorganizado ou desorientado, complementando as categorias com mais um padrão distinto de apego inseguro nas interações cuidador-criança.

De acordo com M. Ainsworth (1978), o padrão seguro corresponde ao relacionamento cuidador-criança provido de uma base segura, na qual a criança pode explorar seu ambiente de forma entusiasmada e motivada e, quando estressadas, mostra confiança em obter cuidado e proteção das figuras de apego, que agem com responsividade. As crianças seguras incomodam-se quando separadas de seus cuidadores, mas não se abatem de forma exagerada. E. Waters & E. Cummings (2000) salientam que as características da interação entre o cuidador e a criança, nesse caso, são de cooperação, com instruções

seguras e monitoração por parte do cuidador, ao mesmo tempo em que este encoraja a independência daquela.

Já o padrão resistente ou ambivalente é caracterizado pela criança que, antes de ser separada dos cuidadores, apresenta comportamento imaturo para sua idade e pouco interesse em explorar o ambiente, voltando sua atenção aos cuidadores de maneira preocupada. Após a separação, fica bastante incomodada, sem se aproximar de pessoas estranhas. Quando os cuidadores retornam, ela não se aproxima facilmente e alterna seu comportamento entre a procura por contato e a brabeza. M. Ainsworth (1978) sugere que, em alguns momentos, essa criança recebeu cuidados de acordo com suas demandas e, em outros, não obteve uma resposta de apoio, o que pode ter provocado falta de confiança nos cuidadores, em relação aos cuidados, à disponibilidade e à responsividade.

O grupo de crianças pertencentes ao padrão evitativo brinca de forma tranqüila, interage pouco com os cuidadores, mostra-se pouco inibido com estranhos e chega a se engajar em brincadeiras com pessoas desconhecidas durante a separação dos cuidadores. Quando são reunidas aos cuidadores, essas crianças mantêm distância e não os procuram para obter conforto. M. Ainsworth (1978) apontou que são crianças menos propensas a procurar o cuidado e a proteção das figuras de apego quando vivenciam estresse. A partir de suas observações, M. Ainsworth (1967) também sugeriu que essas crianças deixam de procurar os cuidadores após terem sido rejeitadas, de alguma maneira, por eles. Apesar de os cuidadores demonstrarem preocupação, não correspondem aos sinais de necessidade quando a criança os indica. A hipótese sugerida para a compreensão dessas crianças é de que tenham sido rejeitadas quando revelaram suas necessidades, aprendendo a ocultá-las em momentos relevantes (CORTINA & MARRONE, 2003).

Por fim, o grupo categorizado como de padrão desorganizado ou desorientado é composto por crianças que tiveram experiências negativas para o desenvolvimento infantil adaptado. Esse padrão, identificado por M. Main & E. Hesse (1990), refere-se a crianças que, na Situação Estranha, apresentavam comportamento contraditório e/ou estratégias de *coping* incoerentes para lidarem com a situação de separação. Na presença dos cuidadores, antes da separação, essas crianças exibem um comportamento constante de impulsividade, que envolve apreensão durante a interação, expressa por brabeza ou confusão facial, ou expressões de transe e perturbações. No entendimento de M. Main & E. Hesse (1990), elas vivenciam um conflito, sem ter condições de manter um estratégia adequada para lidar com o que as assusta. Esses casos aparecem em situações de abuso, nas quais o cuidador pode significar uma fonte amedrontadora quando o abusador é externo e faz ameaças à criança ou quando o próprio cuidador é o abusador. Assim, o padrão desorganizado é associado a fatores de risco e aos maus-tratos infantil, sendo que fatores adicionais podem ser incluídos na manifestação desse padrão, como, por exemplo, transtorno bipolar nos pais ou uso parental de álcool (CORTINA & MARRONE, 2003).

A necessidade de figuras de apego que proporcionem uma base segura não se limita absolutamente às crianças (BOWLBY, 1979/2001). Contudo, existe a prevalência da idéia de que os padrões de apego desenvolvidos na infância, por meio dos modelos internos de funcionamento, tendem a se manter e a ser reforçados nas interações com outros, pois os indivíduos são propensos a se colocar em situações que reforçam os seus modelos precoces de funcionamento interno (SPERLING & BERMAN, 1994). C. George, N. Kaplan & M. Main (1985) criaram a Entrevista de Apego do Adulto (em inglês, *Adult Attachment Interview* - AAI) com a finalidade de analisar as representações dos modelos internos de apego nos adultos. Essa entrevista explora de maneira minuciosa, por intermédio de questões estruturadas, a relação do indivíduo com os pais durante a infância e os efeitos dessas experiências em seu funcionamento atual. Por meio de análise dos conteúdos das entrevistas, foram formuladas as categorias de padrões de apego em adultos: seguro/autônomo, desapegado/evitativo, preocupado/ansioso e desorganizado/desorientado, sendo que cada uma corresponde a determinadas características de personalidade, a formas de interação, aos tipos de resposta social apresentados e ao surgimento de psicopatologias (ATKINSON, 1997).

A AAI (GEORGE, KAPLAN & MAIN, 1985) tem sido muito importante nos estudos da TA, sendo uma das técnicas de auto-relato mais usadas nessa abordagem. Contudo, sua utilização é restrita pela necessidade de treinamento adequado para o levantamento dos escores e da codificação de suas escalas de avaliação dos relatos. Além disso, o protocolo da entrevista não está publicado, assim como o sistema de escore e de codificação, sendo disponibilizado parcialmente para utilização em pesquisas. Por intermédio da descrição dos entrevistados de suas relações com seus cuidadores primários, perdas significativas e relações atuais com os cuidadores primários, o escore é focado na fluidez da fala dos indivíduos sobre suas experiências primárias e na coerência e plausibilidade de suas narrativas (CROWELL *et al.*, 1996). Vários estudos (BARTHOLOMEW & MORETTI, 2002; HUGHES, HARDY & KENDRICK, 2000; JACOBVITZ, CURRAN & MOLLER, 2002;) utilizaram a AAI como instrumento, demonstrando que esse é um método de acesso significativo para a organização do apego, adaptando-se a diversas culturas, e que pode ser correlacionado com níveis de inteligência, ajustamento social e adaptação individual (CROWELL *et al.*, 1996).

Em relação ao apego do adulto, M. Main (2001) distingue-o em contraposição ao da criança. Durante a primeira infância, o apego caracteriza-se como um interesse insistente em manter proximidade com uma ou algumas pessoas selecionadas; uma tendência a usar esses indivíduos como base segura de referência para a exploração do desconhecido; e refúgio, na figura de apego, para busca de segurança em momentos de medo. Assim, na infância, o apego é considerado seguro ou inseguro com relação à figura de apego. Já a segurança em adolescentes e adultos não se identifica com nenhuma relação em particular, ou seja, com nenhuma figura de apego específica, nem do passado, nem do presente. O que se investiga são as diferenças individuais do estado mental, com respeito à história global do apego. A categoria segura/autônoma faz um paralelo com o grupo de crianças de apego seguro. Nos adultos, esse grupo apresenta um relato espontâneo e vívido das experiências de infância, com lembranças positivas e uma descrição equilibrada de ocorrências infantis difíceis. Os adultos que se enquadram na categoria de apego evitativo ou desapegado apresentam um relato idealizado da infância, falha na reconstrução das memórias infantis e, se dificuldades nessas experiências são relatadas, seus efeitos são negados ou minimizados. A categoria preocupado/ansioso caracteriza-se por um relato que envolve experiências que podem ter sido confusas, vagas ou tempestuosas e conflitantes, apresentando inabilidade para se colocar nas situações infantis e apresentar um roteiro coerente dessas experiências. Isso também acontece no relato de experiências difíceis da infância, o que demonstra dificuldade de compreender as origens de suas emoções preocupantes. A categoria de apego adulto desorganizado/desorientado está relacionada a relatos com sinais graves de desorientação e desorganização, principalmente quando os entrevistados são questionados sobre eventos traumáticos ou perdas importantes (CORTINA & MARRONE, 2003).

Como os padrões de interação na adolescência têm sido identificados pelo modelo de categorização do apego em adultos, proposto por M. Main, N. Kaplan & J. Cassidy (1985), alguns pesquisadores aprimoraram esse modelo, adequando os métodos de avaliação do apego ao uso com adolescentes. M. Ammaniti *et al.* (2000) basearam-se na AAI para criarem uma entrevista de medida da representação do apego na adolescência inicial e adolescência propriamente dita - *Attachment Interview for Childhood and Adolescence*. A intenção inicial desses autores era verificar a estabilidade do padrão de apego e os processos de mudança ocorridos no período da adolescência. Foi observada uma tendência dos adolescentes para demonstrar maior rejeição aos pais, nos primeiros quatro anos iniciais da adolescência, dos 12 aos 15 anos, o que sugere um maior uso de estratégias de apego evitativo/desapegado em relação às figuras de apego primário, nessa fase. Isso foi compreendido como uma necessidade de manter distância das figuras parentais, para que a aquisição de uma identidade pessoal seja alcançada. As medidas de avaliação do apego em adolescentes, de maneira geral, são utilizadas de forma eficiente para identificar as estratégias mais utilizadas diante das circunstâncias que os sujeitos vivem ou viveram, além de identificar a maneira como lidam consigo mesmos e com as pessoas significativas em suas vidas (CRITTENDEN, 2001). Entre os instrumentos mais utilizados, P. Crittenden (2001) cita a AAI (GEORGE, KAPLAN & MAIN, 1985), que permite uma compreensão da forma como o adolescente pensa sobre suas experiências de apego, de maneira integrada e colaborativa. Entretanto, essa entrevista tem sido utilizada com adolescentes mais velhos, já que o método de avaliação do relato foi construído a partir das experiências descritas por adultos. Por isso, os métodos de avaliação do apego em adolescentes têm sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, dada a necessidade de medidas confiáveis e adequadas a essa etapa do ciclo vital.

P. Crittenden (2001) ressalta que, na adolescência, as relações com as figuras de apego sofrem mudanças que habilitam o adolescente para relacionamentos fora do seu círculo familiar, sendo que todos os novos movimentos interpessoais são influenciados pela forma de interação moldada com os cuidadores na infância. Assim, o relacionamento com os cuidadores pode ser contingente de todas as ansiedades provenientes dessas modificações, ou ser um fator de complicação para o desenvolvimento dessas mudanças. De acordo com J. Allen & D. Land (1999), na percepção de adolescentes, o apego aos cuidadores primários é tratado como um vínculo de contenção e moderação, e não exatamente como uma base de apoio e segurança, já que a tarefa principal da adolescência é o desenvolvimento da autonomia. Como as atividades dos adolescentes, geralmente, são distantes das figuras de apego, há uma necessidade menor de dependência e respaldo dos cuidadores, no que se refere à formação de uma concepção própria do mundo. Nesse sentido, o sistema de apego passa a ter um papel integrador para os desafios dessa fase, havendo, ainda, uma chance de reformulações sobre a organização primária do apego.

Embora os adolescentes não consigam distinguir e reconhecer, claramente, as qualidades e defeitos implícitos nas suas relações primárias de apego, esses aspectos parecem ser elucidados e moldados na adolescência (ALLEN & LAND, 1999). Considerando-se que as relações de apego são o resultado da interação entre uma base genética, processos inatos e experiência, modificados ao longo do tempo, essas relações também se modificam. Ou seja, pessoas mais velhas formam relações mais complexas do que as da infância. Por essa razão, as relações na adolescência marcam um período de transição para a idade adulta, quando as relações com os melhores amigos e as primeiras relações românticas, por exemplo, serão preditivas dos estilos de relacionamentos na idade adulta (CRITTENDEN, 2001).

J. Crowell & D. Treboux (1995) referem que a autonomia e a afinidade nas interações familiares de adolescentes de 14 anos de idade predizem o padrão de apego e/ou a coerência em seus discursos entre as idades de 24 e 25 anos. Os adolescentes mais velhos classificados no padrão desorganizado são mais hostis em relação à figura materna do que os adolescentes classificados no padrão seguro. Já os padrões preocupado e desorganizado, em adolescentes, são relacionados a inter-relações confusas e restrições na autonomia na interação com a figura materna.

W. Collins & L. A. Sroufe (1999) ressaltam que na adolescência as experiências se caracterizam em uma rede social mais ampla que na infância. Habitualmente, os indivíduos, nessa fase, demonstram tendência a aumentar e estabilizar suas relações íntimas, sendo a relação entre e com amigos um dos melhores exemplos de desenvolvimento continuado. A continuidade nessas relações tem sido ligada às experiências precoces e relações correspondentes, sugerindo que as competências sociais transcendem relacionamentos específicos (SROUFE & FLEESON, 1986). Assim, tanto as relações familiares primárias como as experiências entre pares são preditoras de diferenças individuais na adolescência (COLLINS & SROUFE, 1999).

M. Harvey (2000) examinou a relação entre os padrões de apego em adolescentes e o funcionamento familiar, apontando que adolescentes que percebem a si mesmos como integrantes de relações familiares coesas são considerados com um padrão de apego seguro, sendo que os valores intelectuais e culturais familiares são adotados para si mesmos. R. Kobak (1993) constatou que adolescentes caracterizados pelo padrão de apego seguro são confiantes em seus relacionamentos, generosos e tolerantes em relação a si mesmos e às suas figuras de apego, e considerados como mais estáveis em suas relações românticas. As relações com as figuras de apego são marcadas por uma interação de confiança e poucas dificuldades para o estabelecimento de autonomia emocional.

Já os adolescentes caracterizados como do estilo desapegado/evitativo demonstram não ter necessidade de confiar em outras pessoas e parecem realmente desapegados ou não influenciados pelas experiências de apego precoces. Existe uma forte associação da predominância desse estilo de apego com índices elevados de transtornos alimentares (KOBAK & COLE, 1994). Nos dados de M. Harvey (2000), o padrão evitativo de adolescentes referiu-se àqueles que se consideram pouco interessados nas relações familiares e apresentam sentimentos negativos em relação à família e ao seu funcionamento.

Por outro lado, o padrão preocupado/ansioso é caracterizado por adolescentes que têm, geralmente, relacionamentos frustrantes ou insatisfatórios, além de demonstrarem-se angustiados ou confusos quanto a essas relações. Para R. Kobak (1993), esse padrão é fortemente associado à depressão, principalmente em mulheres. M. Harvey (2000) sugere que o padrão ansioso/ambivalente ou preocupado/ansioso em adolescentes está relacionado a relatos de conflitos familiares, alto grau de controle entre os membros da família e falta de compreensão da dinâmica do funcionamento familiar. Além disso, esses adolescentes sentem que a independência é desencorajada e evitam confrontos, mantendo estratégias de *coping* passivas.

Apesar de existirem controvérsias sobre o aspecto da generalização dos padrões de interação primários para relações futuras, durante o ciclo vital, estudos longitudinais diversos (FONAGY, 1999) têm demonstrado a estabilidade do apego, tanto na adolescência como na vida adulta. E. Waters *et al.* (1991) enfatizam que a organização do apego ao longo da infância tem um papel direto no desenvolvimento da consciência pessoal, na auto-observação, na consistência do *self* em relações de apego, assim como nos resultados sociais. No entanto, todas as pessoas são suscetíveis às influências variadas de experiências favoráveis ou desfavoráveis que podem alterar o desenvolvimento evolutivo e, portanto, os estados mentais ligados ao apego (DAVILA, BURGE & HAMMEN, 1997). Alguns dos fatores que influenciam a qualidade de cuidados e o padrão de apego em desenvolvimento nas relações primárias são: a relação marital, o contexto social, o acesso a recursos, a incidência de patologias mentais, o divórcio, as separações temporárias em períodos críticos, como na primeira infância. Todos estes têm relação direta com os padrões de apego e fazem parte do que se entende por fatores de risco social (HALPERN, 1990).

Existe uma suposição geral de que crianças que experienciam separação da figura principal de apego se tornam mais sensíveis a outras experiências de separação, as quais são vivenciadas de modo traumático. Contudo, não existem evidências seguras sobre este apontamento (AINSWORTH, 1967). O que se sabe é que a forma como é vivenciada essa primeira experiência vai influenciar as expectativas e a ação da criança em outros momentos de separação. Fatores como idade, tempo de separação, temperamento, tipo de interação estabelecida antes da separação, ambiente onde a separação é vivida e quem está presente depois que esta acontece, assim como a natureza das circunstâncias durante a separação são fatores influentes e modificadores na resposta da criança à separação e no significado e conseqüências desta em sua vida (RUTTER, 1972)

Assim, o que se compreende é que as relações de apego têm uma função-chave na transmissão de características transgeracionais em relacionamentos entre cuidadores e suas crianças. Nesse sentido, as relações parentais e rupturas de vínculos primários por perda ou abandono têm um impacto transcendente ao desenvolvimento individual, pelo fato de que instauram um padrão internalizado de funcionamento e de interação (FONAGY, 1999). Nesses processos, as rupturas de vínculos são inevitáveis, mas, segundo J. Lewis (2000), a possibilidade de crescimento e a formação de novos laços afetivos dependerão de como essas experiências de ruptura foram vivenciadas e elaboradas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As noções propostas na TA pressupõem que os modelos internos desenvolvidos nas relações com as figuras de apego primárias tendem, de maneira geral, a ser estáveis e a se generalizar para relações futuras (BOWLBY, 1989). A partir desse pressuposto, observa-se uma tendência ao desenvolvimento de estudos sobre os padrões de apego em faixas etárias além da infância. Contudo, existem controvérsias quanto à generalização dos padrões de interação primários para relações futuras, durante o ciclo vital.

Não obstante o amplo desenvolvimento da TA, permanecem várias perguntas sem resposta, como, por exemplo, o questionamento apontado por J. Belsky (1999) sobre o que leva algumas crianças a desenvolverem apego seguro com seus cuidadores, enquanto outras estabelecem um padrão de apego inseguro. Outra questão é sobre por que algumas crianças desenvolvem apego seguro, mesmo que os cuidadores não estejam tão próximos. Ainda que esses questionamentos deixem uma margem sugestiva de lacunas nos conceitos da TA e demarquem a necessidade contínua de pesquisas para o enriquecimento dessa teoria, os padrões de apego estabelecidos na infância têm sido compreendidos como duradouros e presentes nas diversas fases do ciclo vital, embora menos evidentes em adolescentes e adultos (BOWLBY, 1973/1980).

Considerando que as primeiras relações estabelecidas na infância afetam o padrão de apego do indivíduo, ao longo de sua vida (BOWLBY, 1989), e que processos de rompimento de vínculos de apego, tanto na infância e adolescência quanto na vida adulta, acarretam transformações nas imagens do *self*, entre outros fatores (BAKER, 2001), a TA representa um campo repleto de possibilidades de aplicações, benéficas a áreas dedicadas à compreensão do desenvolvimento humano. Além disso, as pesquisas sobre a TA, em relação aos aspectos ligados ao apego nas diversas fases do ciclo vital, têm sido desenvolvidas em diversos países, embora no Brasil a maioria delas ainda esteja restrita ao estudo do apego na infância.

Em relação às medidas de avaliação do apego, de maneira geral, os métodos já divulgados têm valor significativo por serem capazes de identificar o comportamento de apego ao longo do ciclo vital e sua ação sobre os relacionamentos que o indivíduo estabelece, além de identificar aspectos da representação mental dessas relações e do funcionamento social (CASSIDY, 1999). A utilização desses instrumentos possibilita que os resultados obtidos sejam aproveitados para intervenções em âmbito clínico ou em programas sociais. Sendo assim, os métodos de avaliação do apego representam recursos valiosos para os profissionais da saúde mental, que podem utilizá-los em contextos diversos e em várias fases do ciclo vital. No entanto, os instrumentos de medida do apego, nas diversas fases do desenvolvimento, ainda não foram adaptados e validados para a população brasileira, dificultando estudos com essa população e tornando necessário o desenvolvimento de métodos de avaliação para as diferentes faixas etárias no Brasil. Nesse sentido, parece ser fundamental, para o avanço das idéias da TA no Brasil e contribuições gerais para essa teoria, que as pesquisas brasileiras envolvam outras fases do ciclo vital, além da infância, e que procurem investigar a estabilidade dos padrões de apego ao longo do desenvolvimento.

Os questionamentos a essa perspectiva demonstram o quanto os conceitos da TA ainda precisam ser mais explorados e aprimorados, por meio de mudanças nos métodos empregados nas pesquisas sobre o apego. Embora alguns argumentos da TA sejam de cunho naturalista, dada sua ênfase na biologia, pode-se observar que os conceitos dessa teoria envolvem também aspectos de aprendizagem, flexibilidade e adaptação, possibilitando uma compreensão abrangente do desenvolvimento humano. Assim, apesar de existirem aspectos controversos na TA, como, por exemplo, o determinismo implícito nas relações de apego precoce, é inegável seu valor para a psicologia.

## ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

## REFERÊNCIAS

AINSWORTH, M. (1963) The development of infant-mother interaction among Ganda. In: FOSS, B. M. (Org.). *Determinants of infant behavior*. New York: Wiley. pp. 67-104.

\_\_\_\_\_. (1967) *Infancy in Uganda: Infant care and the growth of love*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

\_\_\_\_\_. (1978) *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.

\_\_\_\_\_. (1985) Attachments across the lifespan. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, vol. 61, nº 9, pp. 792-812.

\_\_\_\_\_. (1989) Attachments beyond the infancy. *American Psychologist*, vol. 44, nº 4, pp. 709-716.

\_\_\_\_\_. & BOWLBY, J. (1991) An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, vol. 46, nº 4, pp. 333-341.

ALLEN, J. & LAND, D. (1999) Attachment in adolescence. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. London: The Guildford Press. pp. 319-335.

AMMANITI, M.; VAN-IJZENDOORN, M.; SPERANZA, A. & TAMBELLI, R. (2000) Internal working models of attachment during late childhood and early adolescence: An exploration of stability and change. *Attachment and Human Development*, vol. 2, nº 3, pp. 328-346.

ATKINSON, L. (1997) Attachment and psychopathology: From laboratory to clinic. In: ATKINSON, L. & ZUCKER, K. J. (Orgs.). *Attachment and psychopathology*. New York: The Guildford Press. pp. 3-16.

BAKER, J. (2001) Mourning and the transformation of object relationships: Evidence for the persistence of internal attachment. *Psychoanalytic Psychology*, vol. 18, nº 1, pp. 55-73.

BARTHOLOMEW, K. & MORETTI, M. (2002) The dynamics of measuring attachment. *Attachment and Human Development*, vol. 4, nº 2, pp.162-165.

BELSKY, J. (1999). Interactional and contextual determinants of attachment security. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. London: The Guildford Press. pp. 249-264.

BOWLBY, J. (1940) The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis*, vol. 21, pp. 1-25.

\_\_\_\_\_. (1944) Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psycho-Analysis*, vol. 25, pp. 107-127.

\_\_\_\_\_. (1969/1990) *Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1.

\_\_\_\_\_. (1973/1980) *Apego e perda: Tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 3.

\_\_\_\_\_. (1973/1984) *Apego e perda: Separação*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2.

\_\_\_\_\_. (1979/2001) *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1989) *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRETHERTON, I. (1992) The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, vol. 28, nº 5, pp. 759-775.

## ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

\_\_\_\_\_ & MUNHOLLAND, K. (1999) *Internal working models* in attachment relationships: A construct revisited. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. London: The Guildford Press. pp. 89-114.

CASSIDY, J. (1999) The nature of child's ties. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. New York: The Guilford Press. pp. 3-20.

COLLINS, N. & READ, S. (1994) Cognitive representations of attachment: The structure and function of *working models*. In: PERLMAN, D. & BARTHOLOMEW, K. (Orgs.). *Advances in personal relationships: Attachment processes in adulthood*. Vol. 5. London: Jessica Kingsley Publishers Ltd. pp. 53-90.

COLLINS, W. & SROUFE, L. A. (1999) Capacity for intimate relationships: A developmental construction. In: FURMAN, W.; BROWN, B. B. & FEIRING, C. (Orgs.). *The development of romantic relationships in adolescence*. New York: Cambridge University Press. pp. 125-147.

CORTINA, M. & MARRONE, M. (2003) *Attachment theory and the psychoanalytic process*. London: Whurr Publishers.

CRITTENDEN, P. (2001) *Transformation in attachment relationships in adolescence: Adaptation versus need for psychotherapy*. Disponível em: <<http://www.soton.ac.uk/~fri/pat3.html>>. Acessado em 2003.

CROWELL, J. & TREBOUX, D. (1995) A review of adult attachment measures: Implications for theory and research. *Social Development*, vol. 4, nº 3, pp. 294-327.

\_\_\_\_\_; WATERS, E.; TREBOUX, D.; O'CONNOR, E.; COLON-DOWNS, C.; FEIDER, O.; GOLBY, B. & POSADA, G. (1996). Discriminant validity of the adult attachment interview. *Child Development*, vol. 67, nº 5, pp. 2.584-2.599.

DAVILA, J.; BURGE, D. & HAMMEN, C. (1997) Why does attachment style change? *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 73, nº 4, pp. 826-838.

FONAGY, P. (1999) Transgenerational consistencies of attachment: A new theory. *Revista de Psicoanálisis*, vol. 3. Disponível em: <<http://psychematters.com/papers/fonagy2.htm>>. Acessado em 2005.

\_\_\_\_\_ & TARGET, M. (1997) Attachment and reflective function: Their role in *self-organization*. *Development and Psychopathology*, vol. 9, nº 4, pp. 679-700.

FURMAN, W.; SIMON, V.; SHAFFER, L. & BOUCHEY, H. (2002) Adolescent's working models and styles for relationships with parents, friends and romantic partners. *Child Development*, vol. 73, nº 1, pp. 241-255.

GEORGE, C.; KAPLAN, N. & MAIN, M. (1985) The adult attachment interview. Departamento de Psicologia, University of California, Berkley. Manuscrito.

GOLSE, B. (1998) *O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas

HALPERN, R. (1990) Poverty and early childhood parenting: Toward a framework for intervention. *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 60, nº 1, pp. 6-18.

HARVEY, M. (2000) Relationships between adolescents' attachment styles and family functioning. *Adolescence*. Disponível em: <[http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_m2248/is\\_138\\_35/ai\\_66171009](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m2248/is_138_35/ai_66171009)>. Acessado em 2003.

HUGHES, J.; HARDY, G. & KENDRICK, D. (2000) Assessing adult attachment status with clinically-orientated interviews: A brief report. *British Journal of Medical Psychology*, vol. 73, nº 2, pp. 279-283.

JACOBVITZ, D.; CURRAN, M. & MOLLER, N. (2002) Measurement of adult attachment: The place of *self-report* and interview methodologies. *Attachment and Human Development*, vol. 4, pp. 207-215.

#### ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

KOBAK, R. R. (1993) Attachment and the problem of coherence: Implications for treating disturbed adolescents. *Adolescent Psychiatry*, vol. 19, pp. 137-149.

\_\_\_\_\_ & COLE, C. (1994) Attachment and metamonitoring: Implications for adolescent autonomy and psychopathology. In: CICHETTI, D. (Org.). *Disorders and dysfunctions of the self*. Rochester Symposium on Developmental Psychopathology. New York: University of Rochester Press. pp. 267-297.

LEWIS, J. (2000) Repairing the bond in important relationships: A dynamic for personality maturation. *American Journal of Psychiatry*, vol. 157, pp. 1.375-1.378.

MAIN, M. (2001) Las categorías organizadas del apego en el infante, en el niño, y en el adulto: Atención flexible versus inflexible bajo estrés relacionado con el apego. *Revista de Psicoanálisis*, nº 8. Disponível em: <<http://www.aperturas.org>>. Acessado em 2002.

\_\_\_\_\_ & HESSE, E. (1990) Parent's unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In: GREENBERG, M.; CICHETTI, D. & CUMMINGS, M. (Orgs.). *Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention*. Chicago: University Press. pp. 161-182.

\_\_\_\_\_; KAPLAN, N. & CASSIDY, J. (1985) Security of infancy, childhood and adulthood: A move to the level of representation. In: BRETHERTON, I. & WATERS, E. (Orgs.). *Growing points of attachment theory and research*. Chicago: University of Chicago Press. pp. 66-106.

PIETROMONACO, P. & BARRETT, L. (1997) Working models of attachment and daily social interactions. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 73, nº 6, pp. 1.409-1.423.

RAMIRES, V. (2003) Cognição social e teoria do apego: Possíveis articulações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 16, nº 2, pp. 403-410.

RUTTER, M. (1972) *Maternal deprivation*. Baltimore: Penguin Books

SPERLING, M. & BERMAN, W. (1994) *Attachments in adults: Clinical and development perspectives*. New York: The Guilford Press.

SROUFE, L. A. & FLEESON, J. (1986) Attachment and the construction of relationships. In: HARTUP, W. & RUBIN, Z. (Orgs.). *Relationships and development*. Hillsdale: Erlbaum. pp. 239-252.

WATERS, E. & CUMMINGS, E. M. (2000) A secure base from which to explore close relationships. *Child Development, Special Millenium Issue*.

\_\_\_\_\_; KONDO-IKEMURA, K.; POSADA, G. & RICHTERS, J. (1991) Learning to love: Milestones and mechanisms. In: GUNNER, M. & SROUFE, A. (Orgs.). *The Minnesota Symposia on Child Psychology: Self processes and development*. Vol. 23. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. pp. 217-255.

\_\_\_\_\_; HAMILTON, C. & WEINFELD, N. (2000) The stability of attachment security from infancy to adolescence and early adulthood: General introduction. *Child Development*, vol. 71, nº 3, pp. 678-683.

WEST, M.; ROSE, S.; SPRENG, S.; SHELDON-KELLER, A. & ADAM, K. (1998) Adolescent attachment questionnaire: A brief assessment of attachment in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, vol. 27, nº 5, pp. 661-673.

**ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA**

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

**Endereço para correspondência**

Juliana Xavier Dalbem

E-mail: [juxdal@terra.com.br](mailto:juxdal@terra.com.br)

Débora Dalbosco Dell'Aglio

E-mail: [debora.dellaglio@ufrgs.br](mailto:debora.dellaglio@ufrgs.br)

Recebido em: 08/09/05

Revisado em: 13/07/06

Aprovado em: 17/06/06